

## FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

### EDITAL FSP ATAc 15/2024

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE 01 (UM) CARGO DE PROFESSOR DOUTOR NO DEPARTAMENTO DE POLÍTICA, GESTÃO E SAÚDE DA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O Diretor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação em sessão ordinária realizada em 21/03/2024, estarão abertas, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, com início às 9h (horário de Brasília) do dia 02/05/2024 e término às 23h59 (horário de Brasília) do dia 01/07/2024, as inscrições ao concurso público de títulos e provas para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), claro/cargo nº 1261894, com o salário de R\$ 14.761,02 (catorze mil setecentos e sessenta e um reais e dois centavos) - (maio/2023), junto ao Departamento de Política, Gestão e Saúde, na área de conhecimento: "Vigilância em Saúde", nos termos do art. 125, parágrafo 1º, do Regimento Geral da USP, e o respectivo programa que segue:

1. Políticas Públicas e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – debates e desafios;
2. Risco Sanitário: conceito, gestão e comunicação;
3. Sistema Único de Saúde e Gestão das práticas de vigilâncias;
4. Ética, proteção à saúde e vigilâncias;
5. Emergência em Saúde Pública e Vigilância em Saúde;
6. Globalização e Regulação Sanitária;
7. Desafios do século XXI para a Vigilância em Saúde;
8. Promoção da Saúde, Participação Social e Vigilância em Saúde;
9. Vigilância sanitária de produtos de interesse à saúde;
10. Vigilância Sanitária no Brasil: História e desafios atuais;
11. Sistemas de Saúde: organização, componentes e funções;
12. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças e agravos não transmissíveis.

O concurso será regido pelos princípios constitucionais, notadamente o da impessoalidade, bem como pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e no Regimento da Faculdade de Saúde Pública.

1. Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao> no período acima indicado, devendo o candidato preencher os dados pessoais solicitados e anexar os seguintes documentos:

I – memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital;

II – prova de que é portador do título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;

III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino;

IV – certidão de quitação eleitoral ou certidão circunstanciada emitidas pela Justiça Eleitoral há menos de 30 dias do início do período de inscrições.

V – documento de identidade oficial.

§ 1º - Elementos comprobatórios do memorial referido no inciso I, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso.

§ 2º - Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial *links* de Dropbox ou Google Drive ou qualquer outro remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

§ 3º - Para fins do inciso II, não serão aceitas atas de defesa sem informação sobre homologação quando a concessão do título de Doutor depender dessa providência no âmbito da Instituição de Ensino emissora, ficando o candidato desde já ciente de que neste caso a ausência de comprovação sobre tal homologação implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 4º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde que as tenham cumprido por ocasião de seu contrato inicial.

§ 5º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos III e IV, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil.

§ 6º - O candidato estrangeiro aprovado no concurso e indicado para o preenchimento do cargo só poderá tomar posse se apresentar visto temporário ou permanente que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

§ 7º - No ato da inscrição, os candidatos com deficiência deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

§ 8º - É de integral responsabilidade do candidato a realização do *upload* de cada um de seus documentos no campo específico indicado pelo sistema constante do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>, ficando o candidato desde já ciente de que a realização de *upload* de documentos em ordem diversa da ali estabelecida implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 9º - É de integral responsabilidade do candidato a apresentação de seus documentos em sua inteireza (frente e verso) e em arquivo legível, ficando o candidato desde já ciente de que, se não sanar durante o prazo de inscrições eventual irregularidade de upload de documento incompleto ou ilegível, sua inscrição será indeferida.

§ 10 - Não será admitida a apresentação extemporânea de documentos pelo candidato, ainda que em grau de recurso.

§ 11 - No ato da inscrição, o candidato que se autodeclarar preto, pardo ou indígena manifestará seu interesse em participar da pontuação diferenciada prevista no item 11 e seus parágrafos deste Edital.

§ 12 - Para que faça jus à bonificação a candidatos autodeclarados pretos e pardos, o candidato deverá possuir traços fenotípicos que o caracterizem como negro, de cor preta ou parda.

§ 13 - A autodeclaração como preto ou pardo feita pelo candidato que manifestar seu interesse em participar da pontuação diferenciada será sujeita a confirmação por meio de banca de heteroidentificação.

§ 14 - Na hipótese de não confirmação da autodeclaração de pertença racial, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 15 - Para confirmação da autodeclaração do candidato indígena será exigido, no ato da inscrição, o Registro Administrativo de Nascimento do Índio - Rani próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio - Rani de um de seus genitores.

§ 16 - Situações excepcionais poderão ser avaliadas pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento, que poderá admitir a confirmação da autodeclaração do candidato como indígena por meio de, cumulativamente, memorial e declaração de pertencimento étnico subscrita por caciques, tuxauas, lideranças indígenas de comunidades, associações e/ou organizações representativas dos povos indígenas das respectivas regiões, sob as penas da Lei.

§ 17 - As normas vigentes para apresentação dos documentos referentes à autodeclaração como preto, pardo e indígena, bem como para sua confirmação, estão disponíveis no site da Secretaria Geral da USP (<https://secretaria.webhostusp.sti.usp.br/?p=12343>).

§ 18 - Para fins do inciso III, serão aceitos os documentos listados no art. 209 do Decreto Federal nº 57.654/1966, ficando dispensados de fazê-lo os candidatos do sexo masculino que tiverem completado 45 (quarenta e cinco) anos até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao período de abertura de inscrições.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação da Faculdade de Saúde Pública, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo único – O concurso deverá realizar-se no prazo de trinta a cento e vinte dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado da aprovação das inscrições, de acordo com o artigo 134, parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

3. O concurso será realizado segundo critérios objetivos, em duas fases, por meio de atribuição de notas em provas, assim divididas:

1ª fase (eliminatória) – prova escrita – peso 01

2ª fase – I) julgamento do memorial com prova pública de arguição – peso 05

II) prova didática - peso 04

§ 1º - A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os candidatos que se apresentarem depois do horário estabelecido não poderão realizar as provas.

§ 3º - Na avaliação das provas pela comissão julgadora, será considerada a finalidade externada para a criação da vaga (concessão do claro docente) à qual se destina o presente concurso, disponível no anexo ao presente edital.

## **I – Primeira fase: PROVA ESCRITA – Caráter Eliminatório**

4. A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139, e seu parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

I – a comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa do concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, 24 (vinte e quatro) horas antes do sorteio do ponto, sendo permitido exigir-se dos candidatos a realização de outras atividades nesse período;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova;

IV – durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos;

V – as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final;

VI – O candidato poderá utilizar microcomputador para a realização da prova escrita, mediante solicitação por escrito à comissão julgadora, nos termos da Circ.SG/Co/70, de 5/9/2001, e PORT/SVAPAC/003, aprovada pela Congregação em sua 4ª/2022 Sessão de 26.05.2022.

VII – a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

VIII – cada prova será avaliada, individualmente, pelos membros da comissão julgadora;

IX – serão considerados habilitados para a 2ª fase os candidatos que obtiverem, da maioria dos membros da comissão julgadora, nota mínima sete;

X – a comissão julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos.

5. Ao término da apreciação da prova escrita, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, observada a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste Edital.

6. Participarão da segunda fase somente os candidatos aprovados na primeira fase.

## **II – Segunda fase: PROVA PÚBLICA DE ARGUIÇÃO E JULGAMENTO DO MEMORIAL E PROVA DIDÁTICA**

### **PROVA PÚBLICA DE ARGUIÇÃO E JULGAMENTO DO MEMORIAL**

7. O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato.

Parágrafo único – No julgamento do memorial, a comissão apreciará:

I – produção científica, literária, filosófica ou artística;

II – atividade didática universitária;

III – atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

IV – atividades profissionais ou outras, quando for o caso;

V - diplomas e outras dignidades universitárias.

### **PROVA DIDÁTICA**

8. A prova didática será pública, com a duração mínima de quarenta e máxima de sessenta minutos, e versará sobre uma aula e programa da área de conhecimento acima mencionada, nos termos do artigo 137 do Regimento Geral da USP.

I – a comissão julgadora, com base no programa do concurso, organizará uma lista de dez pontos, da qual os candidatos tomarão conhecimento imediatamente antes do sorteio do ponto;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – a realização da prova far-se-á 24 (vinte e quatro) horas após o sorteio do ponto as quais serão de livre disposição do candidato, não se exigindo dele nesse período a realização de outras atividades;

IV – o candidato poderá utilizar o material didático que julgar necessário;

V – se o número de candidatos o exigir, eles serão divididos em grupos de, no máximo, três, observada a ordem de inscrição, para fins de sorteio e realização da prova;

VI – quando atingido o 60º (sexagésimo) minuto de prova, a Comissão Julgadora deverá interromper o candidato;

VII – se a exposição do candidato encerrar-se aquém do 40º minuto de prova, deverão os examinadores conferir nota zero ao candidato na respectiva prova.

### **JULGAMENTO DA 2ª FASE**

9. Ao término da apreciação das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final que será a média ponderada das notas por ele conferidas nas duas fases, observados os pesos mencionados no item 3 e a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste edital.
10. As notas das provas poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal.
11. Aplicar-se-á pontuação diferenciada aos candidatos pretos, pardos e indígenas, nos termos ora especificados.

§ 1º - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do concurso público é:

$$PD = (MCA - MCPPI) / MCPPI$$

Onde:

- PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

- MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados, ou seja, os que não atingiram a pontuação mínima referida nos itens 4 e 13 do presente Edital. Entende-se por “ampla concorrência” todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.
- MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados.

§ 2º - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do concurso público é:

$$\text{NFCPPI} = (1 + \text{PD}) * \text{NSCPPI}$$

Onde:

- NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público, limitada à nota máxima prevista em edital. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.
- NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

§ 3º - Os cálculos a que se referem os §§ 1º e 2º deste item devem considerar duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

§ 4º - A pontuação diferenciada (PD) prevista neste item aplica-se a todos os beneficiários habilitados, ou seja, aos que tenham atingido o desempenho mínimo estabelecido no edital do certame, considerada, para este último fim, a nota simples.

§ 5º - Na inexistência de candidatos beneficiários da pontuação diferenciada entre os habilitados, não será calculada a pontuação diferenciada.

§ 6º - A pontuação diferenciada não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

12. O resultado do concurso será proclamado pela comissão julgadora imediatamente após seu término, em sessão pública.
13. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.
14. A indicação dos candidatos será feita por examinador, segundo as notas por ele conferidas.
15. Será proposto para nomeação o candidato que obtiver o maior número de indicações da comissão julgadora.
16. A posse do candidato indicado ficará sujeita à aprovação em exame médico realizado pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, nos termos do Artigo 47, VI, da Lei nº 10.261/68.
17. A nomeação do docente aprovado no concurso, assim como as demais providências decorrentes, será regida pelos termos da Resolução nº 7271 de 2016.

18. O docente em RDIDP deverá manter vínculo empregatício exclusivo com a USP, nos termos do artigo 197 do Regimento Geral da USP.
19. O concurso terá validade imediata e será proposto para nomeação somente o candidato indicado para o cargo posto em concurso.
20. O candidato será convocado para posse pelo Diário Oficial do Estado.
21. Maiores informações, bem como as normas pertinentes ao concurso, encontram-se à disposição dos interessados na Assistência Técnica Acadêmica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, e-mail: acad@fsp.usp.br.

## **ANEXO – JUSTIFICATIVA PARA CONCESSÃO DO CLARO DOCENTE**

### **Situação Atual do Departamento/Área**

O Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP (HSP) é uma unidade acadêmica voltada a produção e disseminação de conhecimentos técnico-científicos concernentes as relações Estado-sociedade; a formulação e implementação de políticas públicas; e a gestão e avaliação das ações, serviços, programas e redes de atenção no âmbito de sistemas de saúde. As atividades do HSP têm por base a interface das ciências humanas, sociais e da saúde, revelando sua natureza interdisciplinar e abrangendo diversidade temática dentro da área de Política, Gestão e Saúde. O HSP atua para a consecução da missão da Faculdade de Saúde Pública, contribuindo ativamente nas áreas de ensino, pesquisa, cultura e extensão voltadas a política, gestão e saúde nas sociedades modernas, destacando-se o contexto brasileiro. O HSP vem se desenvolvendo e aperfeiçoando, sendo que atualmente colabora ativamente com parcerias e convênios firmados com universidades públicas e privadas, entidades do sistema de saúde, de municípios e estados brasileiros, assim como de outros países.

O HSP também mantém interação com diferentes grupos sociais e redes de pesquisa, promovendo debate e intercâmbio sobre os desafios contemporâneos em saúde pública. Nesse sentido, desenvolve atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão que expressam o compromisso ético-político do Departamento, centrado na relação entre a Universidade e as políticas públicas voltadas a produção de melhores condições de vida e saúde a toda população. O HSP vem desenvolvendo atividades acadêmicas intensas no campo da formulação, regulação, administração e avaliação das políticas e das práticas de saúde em resposta aos desafios contemporâneos. A Covid-19 foi amplamente estudada e pesquisada pelos docentes do Departamento, com grande repercussão social e impacto sobre as políticas públicas de resposta a Pandemia no país. A importância estratégica do Departamento para o Brasil ficou evidente durante a pandemia, e estamos seguros que a resposta dada aos desafios enfrentados ao longo da crise sanitária representam grande contribuição para a sociedade brasileira e para a ciência como um todo. E parte dessa contribuição refere-se, especificamente, à área de vigilância em saúde.

Para o desenvolvimento de todas as suas responsabilidades institucionais, atualmente o HSP conta com somente 14 docentes, sendo 13 em regime RDIDP e um em regime RTC. Este número de docentes é responsável por diversas disciplinas obrigatórias e eletivas que fazem parte da grade horária de três cursos de graduação da FSP (Nutrição matutino, Nutrição noturno e Saúde Pública vespertino). Dentre as disciplinas sob responsabilidade do HSP, destaca-se, para este pedido, as disciplinas de Vigilância em Saúde e Vigilância Sanitária, bem como a de Atividades Integradas em Vigilância em Saúde. Com carga horária expressiva, estas disciplinas contam com apenas dois docentes dedicados ao tema para ministrarem as disciplinas junto com outras que fazem parte da grade curricular dos cursos de graduação mencionados. Atualmente, A carga horária anual do HSP em sala de aula de graduação, considerando todos seus docentes, é de 2.445 horas. Os docentes estão tendo que se desdobrar para poder cumprir com tamanha responsabilidade, e por isso a antecipação de uma vaga para a área de vigilância em saúde será fundamental para reduzir o déficit de docentes nesta área.

### **Objetivo Geral da Contratação do Docente**

A contratação do docente tem como objetivo geral o desempenho de atividades de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e gestão no âmbito do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP, com enfoque para a área de vigilância em saúde.



## **Plano Individualizado**

### **Ensino – Metas**

No ensino de graduação, o docente deverá ministrar, de início, três disciplinas obrigatórias no Curso de Bacharelado em Saúde Pública abordando o tema da vigilância em saúde e suas especificidades (vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, vigilância em saúde ambiental e vigilância em situações de emergência em saúde pública).

O docente também irá desenvolver nova(s) disciplina(s) de graduação, eletiva(s) para todos os cursos da USP, sobre riscos em saúde pública, vigilância em saúde, vigilância sanitária e outros temas afins, a fim de contribuir para ampliar a formação multidisciplinar dos estudantes de graduação da Universidade.

No ensino de pós-graduação, o docente deverá se credenciar e oferecer disciplinas nos programas de pós-graduação da FSP, em especial o PPG de Saúde Pública.

Espera-se ainda que este docente contribua com o desenvolvimento de ferramentas e conteúdos pedagógicos necessários para a formação de recursos humanos em nível de graduação e de pós-graduação.

### **Pesquisa e Inovação – Metas**

A contratação do docente tem como objetivo geral o desempenho de atividades de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e gestão no âmbito do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP, com enfoque para a área de vigilância em saúde.

### **Cultura e Extensão – Metas**

A contratação do docente tem como objetivo geral o desempenho de atividades de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e gestão no âmbito do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP, com enfoque para a área de vigilância em saúde.

### **Impacto Esperado com a Contratação**

Considerando ainda a elevada interação interunidades do HSP e a transdisciplinaridade do tema, o docente deverá buscar desenvolver conteúdos e ferramentas de ensino em parcerias com outras unidades e outras instituições e que possam ser ofertados a todos os estudantes da Universidade.